

Pronúncia

Tendo recebido o Relatório Preliminar da CAE relativo ao processo ACEF/1920/0317467 da Licenciatura em Ciência da Informação (LCI), queremos começar por agradecer a análise detalhada e atenta, bem como o conjunto de recomendações efetuadas ao longo de diversos campos do relatório.

Destacamos a apreciação positiva das evoluções verificadas no plano de estudos desde a última avaliação bem como a aprovação das alterações propostas para futuro, assim como a concordância com o aumento do número de admissões para 70. Em relação às recomendações no sentido do reforço da colaboração em projetos e resultados de investigação conjunta dos docentes das duas unidades orgânicas, de estudo das causas do abandono escolar, de alargamento do âmbito das parcerias académicas internacionais, e aumento da mobilidade dos estudantes e de uma maior participação nos inquéritos pedagógicos, procuraremos dar a todas a maior atenção com vista à sua satisfação.

Contestamos, no entanto, a conclusão de que o corpo docente especializado não cumpre os critérios legais e consequente decisão de acreditação do Ciclo de Estudos (CE) apenas por um ano, pelas seguintes razões:

A Ciência da Informação (CI) é uma área transdisciplinar e resulta da convergência das tradicionais áreas BAD (Biblioteconomia, Arquivística e Documentação) com a Informática (particularmente os Sistemas de Informação), tendo também uma forte componente interdisciplinar, mais ou menos próxima com áreas do vasto campo das Ciências Sociais e Humanas, como a Gestão, a História, a Linguística, o Direito. Retirar qualquer destas componentes ao CE adulteraria toda a sua conceção epistemológica e amputá-lo-ia de elementos absolutamente estruturantes. Para além disso, um Ciclo de Estudos que visa dotar os estudantes de uma formação sólida e prepará-los para o exercício da profissão, necessita de incluir UC de áreas científicas de base, no caso História, Ciências da Linguagem e Filosofia. Foi a partir destas considerações que foi pensada a estrutura curricular do programa, a qual não mereceu reparos por parte de nenhuma das avaliações a que foi sujeita, tendo, ao invés, sido repetidamente elogiada.

Temos orgulho, e isso foi reconhecido pela CAE, em ter docentes especializados na área de cada UC lecionada, mobilizando docentes de sete departamentos de duas faculdades.

A conclusão apresentada no Relatório Preliminar baseia-se na seguinte contabilização, realizada sobre o ano letivo de referência de 2018/2019: os docentes com serviço docente no programa totalizam 27.486 ETI, somando as percentagens dos seus contratos com a Universidade; os docentes especializados em Ciência da Informação são 9, pelo que a percentagem de docentes especializados é de 32.4%, abaixo dos 50% requeridos para poder ter acreditação por seis anos.

Em nosso entender, esta análise, útil nas situações monodisciplinares e em que o corpo docente se encontra maioritariamente dedicado ao ciclo de estudos em análise, não se adequa à realidade acima descrita da LCI. Apresentamos de seguida quatro linhas de raciocínio alternativas para fundamentar esta afirmação, todas elas demonstrativas da existência de um corpo docente especializado nas áreas fundamentais do CE. Por falta de espaço não são anexadas as tabelas utilizadas para as respetivas contabilizações mas poderão ser disponibilizadas posteriormente caso se revele necessário.

- 1) Tal como indicado no Guião, as áreas CNAEF fundamentais do curso são 322- Biblioteconomia, arquivo e documentação (CI), 310- Ciências sociais e do comportamento (CSC), 481- Ciências informáticas (CC), as quais reúnem 17.486 ETI,

isto é, 63.6% do corpo docente. As áreas complementares são lecionadas por 10 docentes ETI, isto é, 36.4% do corpo docente.

Área	Docentes (ETI)	%	
CI	9.058	33.0%	
CSC	5.571	20.3%	
CC	2.857	10.4%	63.6%
HIS	2	7.3%	
CLING	6	21.8%	
FIL	2	7.3%	36.4%
27.486			

O argumento de que as áreas CSC e CC não podem ser consideradas fundamentais por não reunirem 45 créditos (25%) desvirtua o consenso científico sobre a natureza da Ciência da Informação. No plano de estudos da LCI as áreas de formação não fundamentais são as de História, Ciências da Linguagem e Filosofia.

2) Numa outra linha de raciocínio, pode-se partir dos conceitos definidos no art. 3º do DL 74/2006, tal como alterado e republicado no DL 63/2016:

“j) «Corpo docente total» o conjunto dos docentes que desenvolva a atividade docente, a qualquer título, no ciclo de estudos, em equivalente em tempo inteiro;

k) «Corpo docente próprio» o conjunto dos docentes que, independentemente do seu regime contratual, se encontra a lecionar em regime de tempo integral no ciclo de estudos;”

Uma vez que a maioria dos docentes leciona em mais do que um ciclo de estudos, a forma de calcular o peso dos docentes de cada área científica neste CE deve ser somar os créditos do ciclo de estudos que os docentes lecionam. Feitas as contas obtém-se o seguinte resultado:

Área do Docente	Créditos lecionados pelos docentes da área	%		
CI	95	52.8%		
CSC	31	17.2%		
CC	15	8.3%	141	78.3%
HIS	15	8.3%		
CLING	18	10.0%		
FIL	6	3.3%	39	21.7%
180				

Conclui-se daqui que o peso dos docentes de CI no plano de estudos é de 52.8%, ultrapassando, portanto, os 50% pretendidos. Se se considerar o conjunto das áreas CI+CSC+CC a percentagem sobe para 78.3%.

3) A contabilização efetuada no número anterior assume ainda maior relevância se se considerar que o plano de estudos em análise de 2018/2019 foi desenhado antes da publicação do DL 63/2016, altura em que estava em vigor o documento “*Critérios de*

qualificação de pessoal docente para a acreditação de ciclos de estudos”, da responsabilidade da A3ES e que afirma “Os limites mínimos de doutores ou especialistas a que se refere o GADES (em tempo integral e em ETI) deverão ser preenchidos por docentes especializados nas áreas científicas que integram a estrutura curricular do curso, numa proporção razoável com o seu peso relativo em número de unidades de crédito.”, validando portanto o critério utilizado.

Se assim não fosse, uma distribuição de serviço em que as UC de História fossem lecionadas por 4 docentes a tempo integral e uma outra em que aquelas fossem lecionadas por um único docente teriam valores de percentagem de docentes das áreas fundamentais diferentes, o que não parece constituir um indicador adequado da qualificação do corpo docente. Para melhorar este indicador, uma hipótese seria contratar docentes de CI para lecionar História, Gestão de Empresas e Lógica, o que seria um absurdo, pois não seriam docentes especializados, e significaria obviamente uma redução da qualidade da docência.

- 4) Uma outra forma de resolver administrativamente o problema seria reclassificar parte das UC de Ciência da Informação em Ciência de Computadores e em Ciências Sociais e do Comportamento, de forma a que as 3 áreas tivessem mais de 25% dos créditos cada para poderem ser consideradas fundamentais, mas com prejuízo para a afirmação da área de Ciência da Informação, traduzindo-se num mero “arranjo” burocrático em contradição com a coerência científica do CE.

Concluimos afirmando que, qualquer que seja a alternativa considerada preferível, se pode afirmar que o corpo docente da LCI é qualificado e especializado nas respetivas áreas de docência e, portanto, o resultado da acreditação não deve ser negativamente influenciado por critérios jurídico-administrativos, ao arrepio da consistência científica do plano de estudos e da qualidade dos docentes.

Assim, solicitamos a acreditação plena do CE, não só porque a condição colocada pela CAE se afigura contraditória com a aprovação da estrutura curricular e validação da proposta de alteração ao plano de estudos, como pelo facto de não ser exequível, pois não há necessidade de contratação de docentes de CI para assegurar serviço docente e, caso fossem contratados, teriam de lecionar matérias de outras áreas para as quais não seriam, obviamente, especialistas. Consideramos, porém, a possibilidade de, a curto prazo, podermos contratar um docente de CI, que possa substituir contratações a tempo parcial, para assim dar uma ainda maior estabilidade ao corpo docente.

Having received the Preliminary Report of the CAE concerning the ACEF/1920/0317467 process of the Bachelor in Information Science (LCI), we would like to begin by thanking for the detailed and careful analysis, as well as the set of recommendations made throughout the various sections of the report.

We would like to highlight the positive appreciation of the evolution verified in the study plan since the last evaluation and the approval of the changes proposed for the future, as well as the agreement with the increase in the number of admissions to 70. Concerning the recommendations pointed out towards the reinforcement of collaboration in projects and joint research results of the teachers of the two organic units, the study of the causes of school drop-outs, the widening of the scope of international academic partnerships, the increase of student mobility and greater participation in pedagogical surveys, we will try to give all these recommendations the greatest attention to fulfil them.

We contest, however, the conclusion that the specialised teaching staff does not meet the legal criteria and the consequent decision to accredit the Study Cycle (SC) for only one year, for the following reasons:

Information Science (IC) is a transdisciplinary area and results from the convergence of the traditional areas of Library Science, Archives and Documentation with Computer Science (particularly Information Systems), having also a strong interdisciplinary component, more or less close to areas of the vast field of Social and Human Sciences, such as Management, History, Linguistics, Law. To remove any of these components from the SC would adulterate its epistemological conception and would amputate it of absolutely structuring elements. In addition, a SC that aims at providing students with a solid education and preparing them for the exercise of their profession needs to include curricular units of basic scientific areas, such as, History, Language Sciences and Philosophy. It was based on these considerations that the curricular structure of the programme was designed, which was not criticised in any of the evaluations to which it was subjected and, on the contrary, was repeatedly praised.

We are proud, and this has been recognised by the CAE, to have specialised teachers in the area of each curricular unit, mobilising teachers from seven departments of two faculties.

The conclusion presented in the Preliminary Report is based on the following accounting, carried out on the reference academic year 2018/2019: lecturers with teaching service in the programme total 27,486 ETI, adding up the percentages of their contracts with the University; lecturers specialised in Information Science are 9, so the percentage of specialised lecturers is 32.4%, below the 50% required to have accreditation for six years. In our view, this analysis, useful in monodisciplinary situations and in which the teaching staff is mostly dedicated to the study cycle under analysis, does not fit the above-described reality of the LCI. We present below four alternative lines of reasoning to support this statement, all of which demonstrate the existence of specialised teaching staff in the fundamental areas of the SC. For lack of space, the tables used for the respective accounts are not attached but can be made available later if necessary.

1) As stated in the Guide, the core CNAEF areas of the course are 322- Library, archives and documentation (CI), 310- Social and behavioural sciences (CSC), 481- Computer sciences (CC), which account for a total of 17,486 ETI, i.e. 63.6% of the teaching staff. The complementary areas are taught by 10 ETI teachers, i.e. 36.4% of the teaching staff.

Area	Teachers (ETI)	%	
CI	9.058	33.0%	63.6%
CSC	5.571	20.3%	
CC	2.857	10.4%	
HIS	2	7.3%	36.4%
CLING	6	21.8%	
FIL	2	7.3%	
27.486			

The argument that the CSC and CC areas cannot be considered fundamental because they do not bring together 45 credits (25%) undermines the scientific consensus on the nature of Information Science. In the LCI syllabus, the non-core areas are History, Language Sciences and Philosophy.

2) Another line of reasoning is based on the concepts defined in article 3 of DL 74/2006, as amended and republished by DL 63/2016:

“j) Total teaching staff" the set of teachers who develop teaching activity, in any capacity, in the study cycle, in full-time equivalent;

k) Full teaching staff" is the group of teachers who, regardless of their contractual regime, are teaching full-time in the study cycle;”

Since most teachers teach in more than one study cycle, the way to calculate the weight of teachers in each scientific area in this SC is to add up the credits in the study cycle they teach. This gives the following result:

Teacher's Area	Credits taught by teachers of the area	%		
CI	95	52.8%		
CSC	31	17.2%		
CC	15	8.3%	141	78.3%
HIS	15	8.3%		
CLING	18	10.0%		
FIL	6	3.3%	39	21.7%

180

The conclusion is that the weight of CI teachers in the syllabus is 52.8%, thus exceeding the intended 50%. If the set of CI+CSC+CC areas is considered, the percentage rises to 78.3%.

3) The accounting made in the previous number assumes even greater relevance if we consider that the 2018/2019 study plan under analysis was designed before the publication of DL 63/2016, when the document "*Criteria for qualification of teaching staff for the accreditation of study cycles*" was in force, of the responsibility of A3ES and that states "The minimum limits of PhDs or specialists referred to in GADES (full-time in ETI) should be filled by specialized teachers in the scientific areas that integrate the curricular structure of the programme, in a reasonable proportion with their relative weight in the number of credit units". Therefore, the criterion used is validated.

If this were not the case, a service distribution in which the History units were taught by four full-time lecturers and another in which they were taught by a single lecturer would have different percentages of lecturers from the fundamental areas, which does not seem to be an adequate indicator of the qualifications of the teaching staff. To improve this indicator, one hypothesis would be to hire CI teachers to teach History, Business Management and Logics, what would be absurd, as they would not be specialised teachers, and would mean a reduction in the quality of teaching.

4) Another way to administratively solve the problem would be to reclassify part of the curricular units of Information Science into Computer Science and Social and Behavioural Sciences so that the 3 areas would have more than 25% of the credits each to be considered fundamental, but with prejudice to the affirmation of the area of Information Science, translating into a mere bureaucratic "arrangement" in contradiction with the scientific coherence of the SC.

We must conclude by stating that, whatever the alternative considered, it can be stated that the LCI teaching staff is qualified and specialised in the respective teaching areas and, therefore, the accreditation result should not be negatively influenced by legal-administrative criteria, disregarding the scientific consistency of the study plan and the quality of the teaching staff.

Thus, we request the full accreditation of the SC, not only because the condition placed by the CAE seems contradictory to the approval of the curricular structure and validation of the proposed change to the study plan, but also because it is not feasible, as there is no need to hire CI teachers to ensure teaching service and, if they were hired, they would have to teach subjects in other areas for which they would obviously not be specialists. We do, however, consider the possibility that, in the short term, we may be able to hire a CI teacher to replace part-time contracts, thus providing even greater stability to the teaching staff.